



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE TOLEDO

2ª VARA CÍVEL DE TOLEDO - PROJUDI

RUA ALMIRANTE BARROSO, 3202 - CENTRO CÍVICO - Toledo/PR - CEP: 85.900-020 - Fone: (45) 3277 4825

Autos nº. 0005449-58.2021.8.16.0170

Trata-se de AÇÃO DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO proposta por CORNELIO VELOSO BRAGA em face de BANCO DAYCOVAL S.A, todos qualificados nos autos.

Segundo a inicial, conforme consta do boletim de ocorrência, o autor afirma que o contrato de empréstimo consignado, de número 50-8713231/2, que aparece em seu extrato de benefício, jamais foi solicitado ou autorizado, ou seja, que jamais firmou contrato de empréstimo consignado com o Banco requerido e nem sequer sabe como isso aconteceu, visto que jamais assinou qualquer documentação ou teve qualquer tratativa com o requerido. Relata sobre possível falsificação da assinatura do autor, que deve ser considerada, pela Justiça, com o máximo rigor, quando da Sentença. Pugna a repetição de indébito e a indenização por danos morais. Requer, ao final, a procedência da demanda, com a condenação em custas processuais e honorários advocatícios. Apresentou documentos.

A decisão de mov. 17 indeferiu o pedido de antecipação de tutela.

O banco Réu, em contestação (mov. 28) afirma que a parte autora firmou o empréstimo consignado em folha de pagamento e o valor integral contratado foi creditado em sua conta corrente, conforme comprovação de TED inclusa com a presente defesa, cujo valor o autor não devolveu para o requerido até o presente momento. Relata que foi formalizado contrato por escrito e devidamente assinado pelo autor e junta cópia do contrato de empréstimo consignado, firmado entre as partes, com assinaturas idênticas ao documento pessoal, que é o mesmo juntado pela parte autora ao ingressar com a presente ação. Narra que cumpriu com sua parte no contrato, inexistindo qualquer irregularidade nos documentos firmados. Rebate os demais termos da petição inicial. Ao final, requer a improcedência da ação, com a condenação da parte Autora aos ônus sucumbenciais. Apresentou documentos.

Impugnação a contestação (mov. 31).

Pedido de produção de prova, pelas partes (mov. 36 e 38).

É o relatório. **DECIDO.**

DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

O feito comporta julgamento antecipado da lide, já que os autos se encontram devidamente instruídos para a decisão final, nos termos do Artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

Quanto ao pedido de produção de prova oral (mov. 36 e 38), tais pedidos não caracterizam a justificativa da pertinência e a finalidade de realização de tal prova oral.

Ademais disso, a parte autora questiona a assinatura do contrato e, entretanto, mesmo assim, não requer prova pericial grafotécnica.

Assim, sendo o juiz o destinatário das provas, cabe a ele aferir a necessidade ou não de outros elementos a serem colhidos, tendo por obrigação indeferir as diligências inócuas (art. 370, do CPC), quando as demais se mostram suficientes para a formação da sua convicção, como no caso dos autos.

Com fundamento no Artigo 370, do CPC, resta claro que o juiz é o destinatário da prova nos autos. Portanto, goza da prerrogativa da livre apreciação da prova para a formação de seu convencimento (Art. 371, do CPC).

A jurisprudência vem decidindo exatamente neste sentido:

“O juiz tem o poder-dever de julgar a lide antecipadamente, quando constatar que o acervo documental é suficiente para nortear e instruir seu entendimento.” **[1]**

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. JULGAMENTO ANTECIPADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. CASO CONCRETO. NÃO OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. 1. O julgamento antecipado não caracteriza cerceamento de defesa, quando a realização de perícia for desnecessária à resolução da lide. 2. Apelação cível conhecida e não provida. **[2]**

Assim, indefiro o pedido de produção de provas, pelas partes nos autos.

DO MÉRITO.

Ressalto que incide ao caso em exame o Código de Defesa do Consumidor porque se está diante de uma relação típica de consumo, seja ela pelo conceito da teoria finalista mitigada ou pelos conceitos de consumidor por equiparação, pois se vislumbra uma relação jurídico-obrigacional que liga um consumidor a um fornecedor, tendo como objeto o oferecimento de um produto ou serviço.



A legislação consumerista adota a responsabilidade objetiva, visando a proteção efetiva do consumidor, em cumprimento a um comando Constitucional.

Assim, o fornecedor está obrigado por lei a reparar o dano sofrido pelo consumidor independentemente da existência de culpa, apenas eximindo-se da responsabilidade caso comprove a inexistência de defeito ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, nos termos do artigo 14, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor.

Da análise do contrato (mov. 28.1), verifica-se se tratar de empréstimo consignado no valor de R\$ 2.365,57, sendo creditado ao emitente tal valor na sua totalidade, conforme o autor confirma no boletim de ocorrência anexado aos autos (mov. 1.7).

Ademais disso, o documento de mov. 28.3 demonstra que houve a cobrança de tão somente três parcelas do referido financiamento, conforme informado pelo requerido, em contestação.

Ressalto que tal particularidade não foi objeto de manifestação, pelo autor, por ocasião da impugnação a contestação, vindo tão somente afirmar que “os descontos continuam acontecendo”.

Destaco também que o autor, em momento algum dos autos, demonstrou interesse na devolução do valor recebido, a título de empréstimo.

Consta dos autos, portanto, que houve a rescisão contratual, de forma administrativa, pelo banco réu, conforme informado em contestação.

Assim, o pedido inicial de cancelamento do negócio jurídico já restou resolvido, administrativamente, após a propositura da ação e, desnecessita de apreciação judicial, neste momento dos autos.

Houve, com isso, o reconhecimento jurídico parcial do pedido inicial, no tocante ao requerimento de cancelamento do negócio jurídico.

DO PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DE VALORES.

O banco réu pleiteou, em contestação, a compensação do valor de R\$ 2.365,57 disponibilizado ao autor corrigido e atualizado.

Por sua vez, o autor requereu, em petição inicial, a devolução integral e em dobro dos valores já descontados.

Ressalto que a devolução deverá se dar de forma simples e não em dobro porque o art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor estabelece que, no caso de cobrança indevida de dívida do consumidor, este terá direito à repetição do indébito, em valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

A questão que se apresenta cinge-se à correta interpretação do que se deve entender por engano justificável apto a evitar a devolução dobrada do indébito. Conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial predominante, para a imposição da sanção civil a que se refere o parágrafo único do art. 42 do CDC, faz-se mister a caracterização de má-fé no agir do fornecedor, sem o que se afigura possível a invocação da causa excludente de responsabilidade (engano justificável) pela repetição do indébito dobrada. Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL 01 CONHECIDA E PROVIDA. RECURSO DE APELAÇÃO 02 (BANCO). PLEITO PELA EXCLUSÃO DOS DANOS MORAIS. NÃO CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. MATÉRIA PREJUDICADA EM RAZÃO DO PROVIMENTO DO RECURSO DO AUTOR. DEVOUÇÃO EM DOBRO DOS VALORES DESCONTADOS DA CONTA CORRENTE. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE PROVA DA MÁ-FÉ DO BANCO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DEVOUÇÃO SIMPLES DOS VALORES. READEQUAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. I. Não restando o Banco condenado pela sentença ao pagamento dos danos morais, não pode o recurso ser conhecido neste tocante por ausência de interesse recursal. II. A aplicação da penalidade prevista no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, qual seja, repetição em dobro, apenas, se justifica quando comprovada a existência de má-fé, o que não ocorreu no caso. APELAÇÃO CÍVEL 02 PARCIALMENTE CONHECIDA E NESTA PARTE PROVIDA. [3]

Portanto, os valores descontados indevidamente devem ser restituídos de forma simples.

Desta feita, cabe a pleiteada compensação de valores, entre as partes, devendo o autor devolver o valor creditado em sua conta bancária e devendo o réu devolver os valores pagos do contrato rescindido.

DO DANO MORAL.

O dano moral é aquele que afeta a personalidade e, de alguma forma, ofende a moral e a dignidade da pessoa humana.

A reparação do dano moral tem uma natureza compensatória, e possui função punitiva ou pedagógica, visando a desestimular o ofensor, especialmente em ilícitos graves.

Dessa forma, na avaliação do dano moral, o juiz deve medir o grau de seqüela produzido, que diverge de pessoa a pessoa, verificando a humilhação, a vergonha, as situações vexatórias, a posição social do

ofendido, e a repercussão negativa em suas atividades.

No presente caso, denota-se que o desconto, ainda que realizado indevidamente, não teve o condão de gerar danos morais à parte, podendo ser considerado como mero dissabor.

Em verdade, o caso dos autos amolda-se a mera cobrança indevida, a qual, ainda que injusta, não configura qualquer dano à imagem, à intimidade, à vida privada, à honra ou à dignidade do autor.

Vale dizer, não se nega que a situação narrada nos autos tenha causado aborrecimentos à parte durante certo lapso de tempo, todavia, o sentimento exacerbado de indignação não gera a indenização pretendida, sendo certo que a mera cobrança indevida, sem a demonstração da ocorrência de maiores prejuízos, por si só, não se traduz em dano moral.

Dessa forma, o mero dissabor, o aborrecimento e a irritação, tal como revelados no caso, não têm o condão de acarretar o dano moral, menos ainda, de constituir título indenizatório.

Com efeito, o mero aborrecimento surgido na vida em sociedade, além de fazer parte da normalidade do nosso cotidiano, não rompe o equilíbrio psicológico do ser humano.

O instituto do dano moral não pode ser desvirtuado ensejando indenizações pelos mais triviais dissabores. Antunes Varela, citado por Sérgio Cavalieri Filho[4], tratando do assunto observa que *"a gravidade do dano há de medir-se por um padrão objetivo (conquanto a apreciação deva ter em linha de conta as circunstâncias de cada caso), e não à luz de fatores subjetivos (de uma sensibilidade particularmente embotada ou especialmente requintada)."*

Nesse sentido:

DIREITO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C CANCELAMENTO DE CONTRATO E INDENIZAÇÃO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. IMPUGNAÇÃO À AUTENTICIDADE DA ASSINATURA APOSTA No CONTRATO DE CARTÃO CONSIGNADO. ÔNUS DA PROVA DO APRESENTANTE. INÉRCIA DO BANCO. REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. DESCONTOS INDEVIDOS. CONTRATO INVÁLIDO. RESTITUIÇÃO SIMPLES DEVIDA. ABALO MORAL NÃO DEMONSTRADO. SENTENÇA REFORMADA. O ônus da prova, quando se tratar de contestação de assinatura, incumbe à parte que apresentou o documento, consoante o art. 429, inciso II, do NCPC. A realização mensal de descontos indevidos, decorrentes de empréstimo cartão de crédito consignado inválido, no benefício previdenciário da autora, dá ensejo à repetição, de forma simples, das parcelas descontadas, haja vista que, no caso concreto, não há demonstração de que a instituição financeira tivesse o intuito deliberado de prejudica-la, mesmo porque fez os descontos em razão de contrato que entendia válido. Por outro lado, "Mero aborrecimento, dissabor, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral". Recurso especial conhecido e provido (STJ - REsp 303396/PB, Quarta Turma, Min. Barros Monteiro, DJ: 24/02/2003). APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. [5]

AÇÃO REVISIONAL C/C TUTELA INIBITÓRIA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO PESSOAL – SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA – ACOLHIMENTO DO CÁLCULO DO AUTOR QUE RESULTA NA QUITAÇÃO DOS CONTRATOS – INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS EM RELAÇÃO A ESSES PACTOS – PRETENSÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM RAZÃO DOS DESCONTOS DAS PARCELAS EM CONTA CORRENTE – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ABALO SOFRIDO – MERO ABORRECIMENTO, QUE NÃO IMPLICA DANOS DE ORDEM MORAL – PRECEDENTES – SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. Apelação parcialmente provida. [6]

Assim, embora a situação criada tenha causado à parte autora certo aborrecimento, não houve dano moral, suscetível de indenização.

DO DISPOSITIVO.

Pelo exposto, julgo **EXTINTO** o processo em relação ao pedido de anulação do negócio jurídico, com fundamento no artigo 487, inciso III, letra "a" do Código de Processo Civil e julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pleito inicial, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Por consequência:

- DECLARO rescindido o contrato estabelecido entre as partes;
- CONDENO o Requerido a efetuar o recálculo das parcelas do referido contrato e a devolução dos valores pagos, na forma simples. O referido valor deverá ser devidamente corrigido pela média do INPC e IGP-DI a contar da data de cada desconto indevido e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a incidir desde a citação do requerido.
- DETERMINO a devolução, pelo autor, do valor creditado em sua conta bancária, resultante do contrato, objeto dos autos. O referido valor deverá ser devidamente corrigido pela média do INPC e IGP-DI e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, ambos a contar da data do depósito bancário.

Condeno ambas as partes aos encargos de sucumbência na proporção de 25% (setenta e cinco por cento) para a parte autora e 75% (vinte e cinco por cento) para a parte ré.

Quanto à verba honorária, fixo os honorários sucumbenciais em 20% (vinte por cento) do valor total da compensação deferida nos autos, nos termos do Art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015.

Observem-se as hipóteses de justiça gratuita.

Interposto recurso de apelação, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme dispõe o Art. 1.010, § 1º, do CPC.

Se apresentada apelação adesiva, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do Art. 1.010, § 2º, do CPC.

Caso as contrarrazões do recurso principal ou do recurso adesivo ventilem matérias elencadas no Art. 1.009, § 1º, do CPC, intime-se o recorrente para se manifestar sobre elas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme dispõe o Art. 1.009, § 2º, do CPC.

Após as formalidades acima, se for o caso, dê-se vista ao Ministério Público e, após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Art. 1.010, § 3º, do CPC), com as homenagens de estilo, ressaltando-se que o juízo de admissibilidade do(s) recurso(s) será efetuado direta e integralmente pela Corte ad quem (Art. 932, III, do CPC).

P. R. I. Oportunamente arquivem-se.

DENISE TEREZINHA CORRÊA DE MELO
Juíza de Direito

[1]STJ. AgRg no AREsp 177.142/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 12/08/2014, DJe 20/08/2014.

[2]TJPR - 15ª C.Cível - 0000997-49.2018.8.16.0157 - São João do Triunfo - Rel.: Desembargador Luiz Carlos Gabardo - J. 17.08.2020.

[3] TJPR - 15ª C.Cível - 0032075-49.2015.8.16.0001 - Curitiba - Rel.: Shiroshi Yendo - J. 27.02.2019.

[4]Programa de Responsabilidade Civil. Ed. Malheiros Editores Ltda., 1996, pg. 76.

[5]TJPR - 15ª C.Cível - 0016133-35.2019.8.16.0001 - Curitiba - Rel.: Desembargador Hayton Lee Swain Filho - J. 20.07.2020.

[6]TJPR - 15ª C.Cível - 0023198-61.2018.8.16.0019 - Ponta Grossa - Rel.: Juíza Elizabeth M F Rocha - J. 29.06.2020.

